

C I D A D E

TERÇA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 1991

DF - educação

Escolas mudam contratos

*Federação recomenda desindexação das mensalidades e obediência à lei***Luiza Damé**

As escolas particulares do Distrito Federal deverão desindexar os contratos de prestação de serviços assinados com os pais dos alunos nas matrículas deste ano, imediatamente após a publicação da lei que regula as mensalidades escolares, aprovada pelo Congresso, mas que ainda depende da sanção presidencial. A orientação é do presidente da Federação Interestadual dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Fiep), Jaime Zveiter, que não descarta, inclusive, a possibilidade de alteração nos preços já fixados pelos colégios.

Segundo Zveiter, a lei aprovada pelos parlamentares estabelecendo a possibilidade de repasse de 30% da inflação e 70% do reajuste dos salários dos funcionários dos colégios vai "pacificar um setor que há muito está tumultuado". Ele garantiu que a orientação da Fiep às escolas será para que todos alterem os contratos de prestação de serviços, adaptando-os à nova lei que — desta vez — deverá ser cumprida. "Apesar da lei deixar claro que ainda paira alguma desconfiança sobre os diretores de escolas, a decisão do Congresso vai permitir a sobrevivência da maioria", afirmou Zveiter, ao se referir à possibilidade de negociação com os pais dos alunos.

Liberdade

O presidente da Fiep não concorda com a negociação para fixação dos preços das mensalidades, embora reconheça que a nova lei vai acabar com o "emprego" dos re-

presentantes que não tinham o apoio da maioria dos pais. "A escola continua sendo o único setor a ter seus preços fixados por negociação, o que representa uma aberração em termos econômicos", argumentou Zveiter, ao lembrar entretanto que agora serão 10% dos pais dos alunos da escola os responsáveis pela ação. Conforme a lei, os pais poderão recorrer dos preços fixados pelas escolas, ao Ministério da Educação, num prazo de dez dias, após a sua divulgação, com apoio de 10% do total de pais dos alunos. No caso das ações movidas pelas associações serão precisos 40% dos pais.

"Com essa decisão, as escolas saem das mãos de associações que não representavam ninguém e acabavam tumultuando o setor", esclareceu o presidente da Fiep, acrescentando que os diretores terão que dar maior atenção às ações, porque elas partirão da sua própria clientela. A previsão de Zveiter é que neste ano, a maioria dos conflitos entre pais e diretores de escolas seja resolvida antes mesmo de chegar ao Ministério da Educação e ao da Justiça. Embora não conheça detalhadamente os critérios usados por cada escola para fixar seus preços, Zveiter disse que há possibilidade de alguns serem alterados, pois os diretores podem ter inserido uma margem para garantir a sobrevivência durante todo o ano". Da forma como o Governo vinha agindo, nunca se sabia o que estaria em vigor no curto dia", destacou.

Apenas uma dá explicações

Das 13 escolas particulares convocadas a comparecerem ontem à Procuradoria de Defesa do Consumidor para explicar os reajustes das mensalidades de 90 e os contratos de prestação de serviço para 91, somente o representante do Colégio Objetivo atendeu ao chamado. As demais escolas seguiram a orientação da assessoria jurídica do Sindicato dos Estabelecimentos Particulares de Ensino (Sinepe) que considerou a convocação sem respaldo legal. Os diretores dessas escolas serão chamados novamente na sexta-feira e outros 23 amanhã e quinta-feira.

As explicações do diretor do Colégio Objetivo, Gil Ribeiro, acabaram convencendo a procuradora de Defesa do Consumidor, Wilma Mendes, e o diretor-executivo do Procon, Melquíades do Espírito Santo, responsável pela Ação Civil Pública que está sendo movida contra as escolas particulares do DF. Segundo o diretor, o reajuste de 96% aplicado pelo estabelecimento às mensalidades deve-se a um aumento na carga horária e, além disso, o Objetivo não optou pela assinatura de contratos com os pais. Embora inicialmente as explicações do diretor tenham sido convincentes, a procuradora poderá pedir informações complementares à Sunab — que igualmente não viu abuso no aumento imposto pela direção do Objetivo.

Respaldo

O diretor-executivo do Procon

solicitou à Procuradoria de Defesa do Consumidor a ação civil pública com base na lei 8.039 que estabelece que os reajustes das mensalidades seriam possíveis quando o Governo autorizasse aumentos gerais nos salários e preços. "Até agora esse índice é zero, por isso as escolas não poderiam ter reajustado as suas mensalidades", defendeu Melquíades, que quer da Procuradoria respaldo legal para os pais que não pagaram o reajuste e depositaram o valor congelado nas contas das escolas. Essa orientação foi dada pelo Ministro da Educação aos órgãos de defesa do consumidor e muitos pais que a seguiram estão tendo problemas para retirar documentação dos filhos das escolas e até mesmo para renovar matrículas.

A procuradora também vai discutir esses aspectos com os diretores que serão convocados a partir de amanhã. "Normalmente, nós conseguimos fazer acordos", adiantou Wilma, ao destacar que esses acordos têm força de lei e as escolas que os descuprirem poderão ser punidas. Quem não comparecer à segunda convocação também estará sujeito a punições, incluindo inquérito policial. Em princípio estão sendo convocadas 36 diretores de escolas que tiveram reclamações protocoladas no Procon, mas a intenção da procuradoria é convocar todas as colégios particulares do DF. (L.D.)